UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CFCH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MATEUS ALVES MELO

A REPERCUSSÃO DO DISCURSO DE DOM HELDER CÂMARA EM CARPINA (1968) SOB A ÓTICA DO JORNAL *DIARIO DE PERNAMBUCO*

RECIFE, 2022

MATEUS ALVES MELO

A REPERCUSSÃO DO DISCURSO DE DOM HELDER CÂMARA EM CARPINA (1968) SOB A ÓTICA DO JORNAL *DIARIO DE PERNAMBUCO*

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Recife, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.
Orientador: Prof. Dr. Thiago Nunes Soares

RECIFE, 2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Melo, Mateus Alves .
A repercussão do discurso de Dom Helder Câmara em Carpina (1968) sob a ótica do jornal Diario de Pernambuco / Mateus Alves Melo. - Recife, 2022.
37

Orientador(a): Thiago Nunes Soares
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2022.

1. Dom Helder Câmara. 2. Igreja Católica . 3. Jornal Diario de Pernambuco . 4. Carpina . 5. Trabalhadores Rurais . I. Soares , Thiago Nunes . (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

MATEUS ALVES MELO

A REPERCUSSÃO DO DISCURSO DE DOM HELDER CÂMARA EM CARPINA (1968) SOB A ÓTICA DO JORNAL *DIARIO DE PERNAMBUCO*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura - História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovado em: 25/10/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Nunes Soares (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Márcio André Martins de Moraes (Examinador Externo)

Universidade de São Paulo

Resumo: O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa historiográfica que buscou analisar a repercussão do discurso de Dom Helder Pessoa Câmara, no encerramento do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais do Nordeste, pela ótica do Jornal *Diario de Pernambuco*, realizado no dia 26 de janeiro de 1968, no município de Carpina, Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco. Neste estudo, destacamos as matérias publicadas pelo *Diario de Pernambuco* após o evento em destaque como uma importante fonte histórica sobre o período estudado. A partir das fontes utilizadas, buscamos demonstrar que à oposição sofrida por Dom Helder Câmara após seu discurso em Carpina, constitui-se como um importante capítulo na longa jornada de luta no Brasil, pela efetivação dos direitos trabalhistas e constitucionais dos trabalhadores, em especial os do campo, que à época não tinham sua igualdade com os trabalhadores urbanos garantida na lei.

Palavras-chave: Dom Helder Câmara, Igreja Católica, Jornal *Diario de Pernambuco*, Carpina, Trabalhadores Rurais.

Abstract: The present work is the result of a historiographical research that sought to analyze the repercussion of Dom Helder Pessoa Câmara's speech, at the closing of the 1st Meeting of the Federations of Rural Workers of the Northeast, from the perspective of the Jornal Diario de Pernambuco, held on January 26 1968, in the municipality of Carpina, Zona da Mata Norte in the state of Pernambuco. In this study, we highlight the articles published by Diario de Pernambuco after the event highlighted as an important historical source about the period studied. From the sources used, we seek to demonstrate that the opposition suffered by Dom Helder Câmara after his speech in Carpina, constitutes an important chapter in the long journey of struggle in Brazil, for the realization of labor and constitutional rights of workers, in particular the rural workers, who at the time did not have their equality with urban workers guaranteed by law.

Keywords: Dom Helder Câmara, Catholic Church, Jornal *Diario de Pernambuco*, Carpina, Rural Workers.

Sumário

INTRODUÇÃO.....7

1. O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E O IMPACTO NA VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS DE PERNAMBUCO …….....10

2. DOM HELDER CÂMARA - “UMA VOZ DAQUELES QUE NÃO TÊM VOZ”..... 15

3. Dom Helder em Pernambuco nos primeiros anos da ditadura militar (1964-1967).....20

4. Denúncias em favor dos trabalhadores rurais: O discurso de Dom Helder em Carpina (26-01-1968)..... 25

5. A repercussão do discurso de Dom Helder em Carpina (1968) pela ótica do Jornal Diario de Pernambuco…..27

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS……..... 34

7. REFERÊNCIAS …….....36

Introdução

Dom Helder Pessoa Câmara, mais conhecido como Dom Helder, é um dos personagens históricos mais importantes da história recente brasileira. Tendo um passado controverso dentro do movimento integralista brasileiro, o Arcebispo enfrentou muitos embates em defesa das camadas sociais mais vulneráveis, como trabalhadores rurais e urbanos, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho. Atuando em um contexto histórico extremamente polarizado, na qual Estados Unidos e União Soviética dividiram o mundo e disputavam a hegemonia global, Dom Helder buscou melhorar a condição de vida dos mais pobres economicamente, defendendo medidas políticas e econômicas que visavam o desenvolvimento do Nordeste. Por conta disso, acabou recebendo diversas críticas e perseguições de autoridades civis que o enxergavam como uma ameaça ao sistema político-econômico vigente.

Diante disso, este artigo tem como propósito analisar a repercussão do discurso de Dom Helder Câmara no município de Carpina, no Encerramento do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais, ocorrido no dia 26 de janeiro de 1968. Ocasião em que o Arcebispo defendeu a classe dos bispos referente às acusações de terem cometido agiotagem. Além disso, aproveitou a oportunidade para exortar sobre os perigos, que segundo ele, rondava os trabalhadores rurais, referindo-se aos pelegos, aos advogados que negociavam contratos trabalhistas injustos e as ajudas estrangeiras. Por fim, o Arcebispo também discursou sobre a demora da Justiça do Trabalho em resolver as causas dos Trabalhadores e da situação sociopolítica de algumas cidades, acusando alguns delegados de não prenderem senhores de terras acusados de crimes contra seus empregados. Desse modo, meu objetivo é discutir a importância desse evento na trajetória político-religiosa do Arcebispo em um período que o Brasil passava pela ditadura civil-militar[1], destacando que as palavras proferidas por Dom Helder nessa ocasião trouxeram consequências inéditas na vida do clérigo, além de expor como tal ação do prelado repercutiu no jornal *Diario de Pernambuco*.

Para isso, este trabalho está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, abordei o contexto histórico no qual aconteceu o evento escolhido como objeto de

[1] O termo "ditadura civil-militar" é utilizado aqui por entendermos que o movimento responsável por destituir o presidente João Goulart em 1964 não contou apenas com a participação das Forças Armadas, mas também obteve o apoio de diversos setores da sociedade civil, como empresários, classe média, meios de comunicação, organizações femininas e setores da Igreja Católica (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 258).

estudo, apontando o impacto do golpe civil-militar de 1964 na vida dos trabalhadores no campo, recorrendo à tese da professora Dr. Maria do Socorro de Abreu e Lima (2003). Em seguida, apresentei aspectos da vida e obra do Arcebispo, do seu nascimento até sua transferência para Pernambuco. Ademais, também analisei os primeiros anos de Dom Helder como Arcebispo de Olinda e Recife, da sua chegada na capital pernambucana até momentos antes do seu famoso discurso na cidade de Carpina. Para esse propósito, recorri às teses do professor Dr. Severino Vicente da Silva (2003), na qual defende que entre as décadas de 1950 a 1990 foi marcado por uma forte atuação da Arquidiocese de Olinda e Recife no campo político e que a presença de Dom Hélder Câmara conferiu à instituição uma aparência progressista, mas que na verdade esse período é apenas um hiato na longa tradição conservadora que esta igreja possui. Além disso, também utilizei a tese do professor Dr. Márcio André Martins de Moraes (2021) na qual aborda a visão que Dom Helder teve sobre o papel do cristão frente aos problemas oriundo das injustiças sociais e da defesa do Arcebispo por um projeto de desenvolvimento para as nações pobres do mundo.

Por fim, realizei uma análise referente ao discurso[2] do Arcebispo e a sua repercussão a partir das matérias do jornal *Diario de Pernambuco*. Tais reportagens encontram-se disponibilizadas de forma on-line na Biblioteca Nacional Digital[3], no Acervo da Hemeroteca, cujas palavras-chave utilizadas na pesquisa foram “Dom Helder Câmara – Carpina” e o período selecionado foi 1960-1969.

A partir das últimas décadas do século XX a imprensa teve um importante impacto na mudança da prática historiográfica brasileira, sendo utilizada de maneira mais recorrente para a construção de trabalhos acadêmicos sobre diversos assuntos do campo da História ou até mesmo como próprio objeto de estudo. Apesar disso, é necessário haver um cuidado na análise das fontes a partir dos periódicos, entendendo o contexto da publicação, o intuito da informação e os interesses de quem possuem poder sobre aquilo que é publicado pelo jornal.

Durante o período de 1964 a 1968, o jornal *Diario de Pernambuco* fez uma ampla cobertura dos governos militares. A instituição não sofreu com a censura do período, muito por conta da sua aproximação e apoio ao novo regime. Entre os

[2] De acordo com Foucalt a noção de discurso é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa. FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
[3] Site disponível em < http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

principais assuntos abordados no periódico estavam as opiniões dos militares que serviam em Pernambuco. Na esfera estadual, o jornal apoiou o governo de Paulo Guerra e sua aproximação com a classe empresarial.

Em 1964 o *Diario de Pernambuco* fez a cobertura da chegada do novo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, mas procurou evitar a exposição das ideias do Clérigo em suas matérias, assim como de outras personalidades que não eram bem vistas pela ditadura militar. Porém, no início de 1968 o jornal fez uma ampla cobertura sobre o discurso proferido pelo Arcebispo na cidade do Carpina, fazendo com que esta pesquisa contribua para o entendimento das causas da mudança de postura adotada pelo jornal em noticiar as consequências desse evento.

1. O golpe civil-militar de 1964 e o impacto na vida dos trabalhadores rurais de Pernambuco

Em 1960 as eleições presidenciais apontaram Jânio Quadros como o novo presidente do Brasil e João Goulart como vice. Naquela época, esses cargos eram votados separadamente e os dois escolhidos pela maioria da população brasileira votante eram de chapas diferentes. Iniciado o seu mandato, o novo presidente do Brasil não tinha estabilidade para governar o país, possuindo uma visão moralista em sua vida pública e um perfil político autoritário. Conforme atesta a historiadora Lilia M. Schwarcz:

> Tampouco estava preocupado em negociar com o campo oposicionista; foi um mestre em exacerbar o atrito. Bateu de frente com o Congresso, com a imprensa, com o funcionalismo, com o vice-presidente da República. E acabou rompendo com a própria UDN, injuriada com os rumos da política externa – que, em tempos de Guerra Fria, o partido entendia como uma guinada do governo para a esquerda. Em alguns meses, Jânio Quadros conseguiu confundir o ambiente político nacional, subestimar seus aliados e se isolar na Presidência. (SCHWARCZ, 2018, p. 431).

Encontrando-se isolado em seu governo, o presidente, de maneira surpreendente, renunciou ao seu mandato em agosto de 1961 após as comemorações referentes ao Dia do Soldado. Não se sabe com exatidão o que Jânio Quadros pretendia com a sua renúncia, mas segundo a análise da pesquisadora Schwarcz “há acordo entre os historiadores: seu gesto intencionava causar uma comoção nacional que o trouxesse de volta triunfalmente ao cargo com poderes presidenciais aumentados.” (SCHWARCZ, 2018, p. 433). O plano de Jânio era ambicioso, apelava para o apoio da população e a rejeição que as Forças Armadas tinham pelo seu vice-presidente, João Goulart, que nessa ocasião estava em missão comercial na República Popular da China, viagem esta originada pelo convite do próprio Jânio Quadros. Se esse era o plano, ele não saiu conforme o planejado. O Congresso aceitou a renúncia e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu de forma interina a Presidência da República até a volta de João Goulart. Entretanto, apesar da aceitação da renúncia de Jânio, concordar com a subida do poder de Jango era bem diferente. Parte dos militares não queria a ascensão de Jango à presidência e pressionaram o Congresso para que impedissem a posse do novo presidente.

Uma das soluções encontradas para atenuar a crise política foi a proposta do Congresso Nacional: a adoção do regime parlamentarista. Apesar da inicial resistência por ambas as partes, a emenda foi aprovada, instituindo o parlamentarismo no Brasil. Para Schwarcz:

> É difícil saber as razões que levaram Goulart a aceitar a mudança de regime e acatar a fórmula paralamentarista. Existia um temor genuíno de uma guerra civil, e não há motivo para duvidar que Jango quisesse evitá-la. [..] Talvez seus planos fossem outros: assumir o governo e num curto período desarmar seus opositores, ampliar sua base política conquistando o apoio do PSD, sabotar o parlamentarismo e recuperar os poderes presidenciais – o que iria efetivamente acontecer em 1963. (SCHWARCZ, 2018, p. 436).

A partir do segundo semestre de 1962 começaram-se as movimentações para a convocação de um plebiscito para consultar à população brasileira pela permanência do Parlamentarismo ou pela volta do Presidencialismo. Em janeiro de 1963 a consulta popular deu vitória ao presidente Goulart, devolvendo assim, seus poderes presidenciais Segundo os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes:

> A Emenda Constitucional nº 4, que implantou o parlamentarismo, dizia no seu artigo 25 que, a critério do Congresso Nacional, um plebiscito poderia ser convocado para que o povo se manifestasse sobre sua continuidade ou o retorno ao presidencialismo. Caso o plebiscito fosse convocado, ele deveria ocorrer nove meses antes do término do mandato de João Goulart. O artigo 25 era, certamente, mais um dispositivo contra o governo Goulart. Seu mandato teria que decorrer sob o parlamentarismo. Apenas seu sucessor poderia reaver os poderes presidencialistas. Então, a conjuntura política seria outra e outro o presidente da República, já que a reeleição era proibida. A estratégia de Goulart, nesse caso, foi a de usar o feitiço contra os feiticeiros (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 73).

Com o resultado do plebiscito, João Goulart iniciou seu projeto de governo, lançando seu Plano Trienal, formulado por dois ministros: Celso Furtado e San Tiago Dantas. Porém, o projeto enfrentou críticas de ambas as partes do espectro político. Jango procurou oferecer explicações mais claras sobre o Plano e negociar com ambas as partes. Até a Reforma Agrária foi colocada em pauta e objeto de desejo pelo governo. A grande questão era como realizá-la sem comprometer a estabilidade política e social da nação, além de respeitar a Constituição. Para Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes:

> Os objetivos do Plano Trienal poderiam ser considerados praticamente consensuais. Todos os setores da sociedade — empresários, trabalhadores, estudantes, donas de casa — queriam a queda da inflação e as reformas. Até a reforma agrária era apoiada por amplas parcelas da sociedade brasileira, incluindo empresários, como se viu. A questão, vale repetir, era como fazê-la sem causar maiores abalos e desrespeitar a Constituição. No entanto, o Plano Trienal implicava, inicialmente, medidas recessivas, como limitação de aumentos salariais, restrição do crédito, controle dos preços e cortes nas despesas do governo. Todas essas medidas afetavam diretamente os interesses imediatos daqueles que apoiavam o Plano, em especial trabalhadores e empresários (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 9)

O projeto da reforma agrária foi discutido exaustivamente por deputados durante o ano de 1963, porém, os parlamentares não chegavam a um consenso sobre a forma correta de indenização aos proprietários de terra. A situação política no país se agravava conforme a radicalização tomava conta da sociedade. Destacam-se nesse mesmo ano a rebelião dos sargentos em setembro e a proposta derrotada do governo de impor Estado de Sítio no país em outubro. João Goulart tentou prosseguir com suas reformas, mas encontrava-se cada vez mais isolado, recebendo forte oposição dos dois lados. Tal cenário é atestado pelos historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes:

> Já há análises que trabalham com perspectivas mais nuançadas, embora reconhecendo que, especialmente a partir do segundo semestre de 1963, este foi um governo "sitiado", com alternativas cada vez menores de movimentação política. Considerando um quadro mais amplo, é importante ressaltar que Jango atuou em um momento de exacerbação da Guerra Fria, o que gerou enormes restrições de financiamentos externos e grandes desconfianças políticas. Até porque seus projetos de reformas de base e seus arraigados compromissos com a classe trabalhadora o impediam de adotar políticas econômicas saneadoras, como as previstas pelo Plano Trienal. O governo Goulart não encontrou facilidades nem dentro, nem fora do Brasil. Não conseguiu apoio duradouro em nenhum partido e em nenhum grupo organizado, inclusive os de esquerda que, teoricamente, se beneficiavam com sua presidência (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 172).

No início de 1964 existiam muitas divergências de grupos políticos e setores da sociedade a respeito do governo de João Goulart. Porém, o comício da central do Brasil, realizado no dia 13 de março mudaria de forma radical esse quadro. Para as esquerdas, o comício soava como a vitória da estratégia que defendiam desde que Goulart tomara posse na presidência da República. Para as direitas e os conservadores de vários tons, o comício apontava para a mesma direção, o que, sob esse ponto de vista, era algo intolerável. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 193).

No dia 18 de março, o ex-presidente da República e ex-ministro de guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra, concedeu uma entrevista ao Jornal do Brasil, onde atacava fortemente João Gourlat. Em suas palavras:

> O respeito à Constituição é a palavra de ordem dos patriotas. A fidelidade à Lei é o compromisso sagrado dos democratas perante a Nação. Não se constrói na desordem,, nem se prospera no sobressalto. Nada de bom se resolve, no clima do desentendimento, e é impossível sobreviver democraticamente na subversão. O regime tem remédio natural, e certo para todos os nossos problemas, inclusive os da autêntica Justiça social (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 2)

No dia 19 de março foi realizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceu em São Paulo e contou com milhares de pessoas, sendo uma grande resposta dos setores conservadores da sociedade civil, como mulheres, empresários e representantes da Igreja Católica. Diante desse cenário, no dia 31 de março o general Olimpo Mourão Filho, que comandava a 4°Região Militar em Juiz de Fora, dirigiu suas tropas em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de tomar o Ministério da Guerra e destituir o governo. Apesar da ação não fazer parte dos preparativos organizados pelo general Humberto Castello Branco e pelo Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o golpe foi iniciado e obteve sucesso surpreendente sem nenhuma resistência. No dia 2 de abril, após convocar uma reunião extraordinária, o senador Auro de Moura decretou vaga a presidência do país, consolidando o golpe.

A implantação do novo regime a partir de 1964 representou a paralisação e o retrocesso de diversas conquistas sociais dos trabalhadores rurais (ABREU E LIMA, 2003, p. 87). Em um país marcado pela herança escravocrata e da grande concentração de terras, as Reformas de Base propostas pelo governo Goulart representavam uma esperança para uma grande parcela da população que via nesse projeto uma oportunidade de terem suas condições melhoradas e finalmente possuírem uma vida digna no campo. Entretanto, o medo que assolava uma parcela da classe dominante do país, que interpretava os movimentos de João Goulart como um prelúdio de um golpe comunista, fez com que a ordem constitucional fosse quebrada para proteger os interesses do empresariado.

Conforme o tempo passou, o novo regime instaurado procurou criar mecanismos que pudesse vigiar, controlar, censurar, prender, punir e até matar quem representasse perigo ao Estado. Diante desse cenário, sob a justificativa de proteger o Brasil contra a ameaça comunista, diversas prisões de estudantes, camponeses, juízes e políticos foram realizadas, inclusive o então governador de Pernambuco à época, Miguel Arraes. De acordo com Maria do Socorro Abreu e Lima “Os cárceres, no Recife, foram insuficientes para garantir todas as prisões. [..] No meio rural, muitos camponeses foram presos por mera perseguição, rixas pessoais. Boa parte da liderança camponesa foi presa.” (ABREU E LIMA, 2003, p. 90).

A ditadura militar procurou interferir e controlar praticamente todos os sindicatos, inclusive os da SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco). Para isso, começou a criar mecanismos cada vez mais repressivos que pudessem auxiliar nesse objetivo. Até que em fevereiro de 1965, foi baixada uma portaria de n°71, exigindo que os sindicatos tivessem base territorial municipal e seriam representados por apenas uma entidade. Foi a partir disso que em 5 de janeiro de 1966, a antiga

Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco se transformou em FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco.

Antes mesmo dessas ações, em novembro de 1964 o novo regime já tinha perdido apoio até no meio de setores e indivíduos que defenderam o golpe. Aos poucos, algumas vozes foram se levantando e fazendo críticas ao governo militar. Dentre os quais podemos citar Dom Helder Câmara, que poucos dias após a instauração do novo regime, tornara arcebispo de Olinda e Recife. Em uma entrevista o mesmo afirmou:"Se é verdade que a cassação é sempre melhor que o fuzilamento, não deixa de ser medida violentíssima; (...) lastimo que as vítimas, só a posteriori, tenham direito à defesa." (ABREU E LIMA, 2003, p.93). Foi diante desse novo cenário político nacional que Dom Helder Câmara assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife. Sobre sua chegada na capital de Pernambuco e os primeiros anos à frente da Instituição abordarei no terceiro tópico deste trabalho. Antes, entretanto, é válido apresentar ao leitor algumas importantes informações sobre esse personagem central da nossa pesquisa.

2. Dom Helder Câmara – “Uma voz daqueles que não têm voz”

A frase contida no título desse segundo tópico, “uma voz daqueles que não têm voz” em referência a Dom Helder foi escolhida com base nas próprias palavras do sacerdote, que se considerava uma ponte entre as pessoas socioeconomicamente vulneráveis e àquelas de destaque na sociedade (autoridades civis e empresários). Diante das ações realizadas pelo Arcebispo em sua trajetória, é possível observar que essa afirmativa condiz com sua personalidade, conforme demonstra Daniella M. C. de Brito Alves: “Polêmico, o sacerdote que dizia ser ‘a voz dos que não tem voz’ enfocava, em seus discursos declarações sobre os mais diversos temas, como direitos humanos, justiça, marxismo, economia.” (ALVES, 2011, p. 9).

Helder Pessoa Câmara nasceu no dia 07 de fevereiro de 1909, em Fortaleza, capital do Ceará. Segundo Daniella M. C. de Brito Alves, desde muito jovem a religião teve uma importante influência na vida do sacerdote, pois o núcleo familiar na qual estava inserido possibilitou-lhe desenvolver suas potencialidades, demonstrando interesse na vocação eclesiástica desde pequeno. Segundo a autora:

> Os pais desde cedo notaram o interesse de Helder porque vivia dizendo em casa: “Quero ser padre! Quero ser padre!” Outras vezes dizia que queria ser lazarista[4]. Helder também demonstrava seus interesses na vocação eclesiástica celebrando missas de brincadeira: ajoelhava-se em frente a um altar improvisado com caixas de papelão e, de costas para os fiéis imaginários, fazia o sinal da cruz e baixava a cabeça em reverência. (ALVES, 2011, p. 17)

No dia 15 de Agosto de 1931, aos 22 anos, através de uma permissão especial dada pelo Papa Pio XI, Helder Câmara tornou-se sacerdote da Igreja Católica. Sua vocação e devoção pela vida eclesiástica lhe deu a oportunidade de conseguir ser ordenado antes da idade mínima de 24 anos. Neste momento, é válido ressaltar o contexto histórico vivido pelo jovem Helder durante a década de 1930. O início do século XX foi palco da primeira revolução socialista, concretizada na Rússia em 1917. A Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre os anos de 1914 - 1918 e a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 abalaram profundamente as esperanças e a confiança nas instituições liberais do sistema político-econômico capitalista. Diante desse cenário, novos movimentos políticos, de viés autoritário, começaram a surgir na

[4] Nome dado aos membros da Congregação dos Padres da Missão, fundada em 1625 por São Vicente de Paulo, graças ao fato de se haverem estabelecido em 1632 no priorado de Saint-Lazare.

Europa ganhando cada vez mais adeptos e até mesmo vencendo eleições, conquistando o poder em países como a Itália e a Alemanha.

No campo político, os regimes fascistas apresentavam-se como uma terceira via para aqueles que odiavam o comunismo e que estavam desacreditados com o regime liberal. Essa nova opção política também captou adeptos aqui no Brasil, principalmente para uma ala da sociedade mais conservadora, baseada pelas tradições, pelo nacionalismo e pela religião. Segundo o historiador Dr. Márcio André: “a prática discursiva anticomunista era recorrente entre grupos políticos e religiosos no decorrer do século XX, que apresentavam a esquerda como uma ameaça aos preceitos cristãos, à propriedade privada e à autonomia das nações.”(MORAES, 2021, p. 53) .

Ainda em 1931, o padre Helder tornou-se assistente eclesiástico da Liga dos Professores Católicos, possuindo um cargo de influência na liderança da Docência local. Além de sua atuação nos serviços eclesiásticos e educacional, o jovem sacerdote também assumiu a liderança na Juventude Operária Católica[5] (JOC). Diante disso, é adequado apresentar o papel que Hélder Câmara tinha em relação a esse grupo. De acordo com o historiador Márcio André:

> No entanto, a atuação do padre Camara não era de um sindicalista, mas de um intelectual que se colocava como porta-voz de uma ideia de conciliação entre grupos sociais, pautando-se em suas leituras e interpretações de documentos e teólogos da Igreja Católica (MORAES, 2021, p. 56).

Desde esse momento, o padre Helder iniciou a sua trajetória de viés fascista que lhe custou muitas implicações em sua vida. Sua atuação dentro do movimento integralista findou-se quando o mesmo se transferiu para o Rio de Janeiro após um período de embates com o então governador do Ceará, Meneses Pimentel, além da dor pela morte de sua mãe e uma acusação que estaria em um relacionamento íntimo com uma de suas principais colaboradoras. Sua ida para o Rio de Janeiro foi acompanhada por um pedido especial do Cardeal Dom Leme para que deixasse imediatamente a AIB[6].

[5] Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em 1948 como setor especializado da Associação Católica Brasileira (ACB) destinado à difusão dos ensinamentos e da doutrina da Igreja no meio operário.

[6] A Ação Integralista Brasileira (AIB) movimento de inspiração fascista mais importante organizado no Brasil, fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país. A Ação Integralista nasceu numa fase de ascensão das ideias autoritárias de direita, a partir do marco político estabelecido pela Revolução de 1930, radicalizando em direção do discurso ideológico fascista as tendências antiliberais difundidas entre amplos setores políticos e intelectuais no contexto pós-revolucionário.

A transferência para o Rio de Janeiro também trouxe para Helder Câmara uma mudança da esfera de sua atuação, do campo educacional e político para uma ação mais voltada para o lado social. Essa grande virada aconteceu durante a administração do Cardeal Dom Jaime, na qual o sacerdote cearense dedicava-se cada vez mais para uma produção intelectual preocupado com os problemas que afligiam a sociedade, como a pobreza, falta de moradia e alimentos.

Em 20 de abril de 1952, Helder Câmara foi ordenado bispo da Igreja Católica sob a indicação do Cardeal Dom Jaime. A partir desse momento, Dom Hélder começou a ganhar mais notoriedade no ambiente católico, tornando-se secretário – geral da CNBB[7] e responsável pela organização do 36° Congresso Eucarístico Internacional, que seria realizado em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Em 1962 Helder Câmara esteve atuante no Concilio Vaticano II convocado pelo Papa João XXII no ano anterior. O clérigo desempenhou um papel fundamental nos bastidores deste evento, atuando para implementar mudanças no modo como a Igreja desempenhava suas ações em relação aos problemas políticos, sociais e econômicos do mundo. Segundo os historiadores Nexton Cabral e Rodrigo Caldeira:

> Helder Câmara propôs seis temas para serem trabalhados no Concílio, a seu ver necessários para melhoria global, a que intitula "criação de um mundo mais feliz":
> 1. Na Economia. Algumas atividades da Igreja na promoção dos países menos desenvolvidos.
> 2. Na Estética. A Igreja e as Artes do Belo em nosso tempo.
> 3. Na Ciência. A Igreja e a Ciência hoje e no futuro.
> 4. Na Política. A Igreja e o Estado.
> 5. Na Sociologia (nas atividades sociais). Atividades da Igreja na promoção dos operários; A Igreja e a libertação dos povos do domínio colonialista.
> 6. Na Religião. Os ensinamentos do Sínodo Tridentino adaptados aos nosos dias; O apelo pela unidades da Igreja; Qual o posicionamento da Igreja sobre as comentadas viagens ao espaço (CABRAL; CALDEIRA, 2020, p. 660).

Além da sua esfera de influência dentro do ciclo católico, o Arcebispo - auxiliar do Rio de Janeiro possuía uma grande aproximação com políticos importantes de sua época como os ex – presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, sendo este último destituído pelo golpe civil-militar descrito no primeiro tópico

[7] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi uma associação civil católica criada em 16 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por iniciativa de dom Helder Câmara, bispo auxiliar do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, com o objetivo de "coordenar e subsidiar as atividades de orientação religiosa, de beneficência, de filantropia e assistência social" em todo o território nacional.

deste trabalho. Nesse contexto, Dom Hélder elaborou dois grandes projetos sociais que buscavam minimizar os problemas sociais sofridos pelos mais vulneráveis.

O primeiro projeto foi a Cruzada São Sebastião[8]. Essa empreitada pretendia "acabar" com as favelas do Rio de Janeiro, construindo apartamentos populares para a população carente destes locais. Tal projeto fez com que Dom Helder ficasse conhecido como o "Bispo das Favelas" pelo Brasil e pelo mundo. Apesar da iniciativa, o Arcebispo acabou enfrentando muitos problemas para a realização desse trabalho social. Basicamente, apenas a favela da Praia do Pinto conseguiu ser contemplada por esse projeto. Além das dificuldades de financiamento, Dom Hélder começou a ser muito criticado por personalidades importantes da política que frequentemente associavam sua imagem ao comunismo. Um fato importante é que o sacerdote cearense considerava que não adiantava apenas a distribuição de apartamentos para resolver o problema da pobreza, mas a solução estaria em mudanças nas estruturas do país, começando com a reforma agrária (MORAES, 2021, p. 84).

O segundo grande projeto que Dom Helder desenvolveu no Rio de Janeiro foi a criação do Banco da Previdência. Essa instituição tinha por objetivo oferecer serviços, empregos, bens de consumo e empréstimos aos mais carentes. Importante salientar que tais empréstimos eram oferecidos sem a cobrança de juros aos beneficiários. (MORAES, 2021, p. 85).

Diante do novo cenário de atuação de Dom Helder, houve uma grande incompatibilidade de visões de mundo com o Cardeal Dom Jaime, isso porque esse último estava cada vez mais preocupado com os combates que a Igreja Católica fazia contra o comunismo, enquanto que Dom Helder era frequentemente associado a esse espectro político, embora o "Bispo das favelas" em várias oportunidades colocou-se contrário aos ideais comunistas. Nas palavras do historiador Márcio André:

[8] Financiada por uma política de concessão do direito de preempção de terrenos da União e por doações do Governo Federal (nas administrações de Café Filho e Juscelino Kubitschek) o principal projeto da Cruzada São Sebastião foi a construção de um conjunto habitacional de 945 apartamentos com acentuada influência modernista no bairro do Leblon. O conjunto recebeu, dentre outros, diversos moradores da favela Praia do Pinto, incendiada em 1969. O Cruzada São Sebastião, como foi batizado, se diferenciou de outros conjuntos habitacionais para favelados principalmente por realocar os moradores expulsos da Praia do Pinto para uma região bastante próxima tanto do local de desapropriação quanto de sua fonte de renda, já que a grande maioria servia de mão de obra para a população mais rica do próprio bairro do Leblon. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1567>, acesso em: 02/10/2022.

> Mesmo com as mudanças no pensamento de como um clérigo e/ou cristão leigo deveria se colocar perante às demandas sociais, que sinalizava a aproximação de Dom Hélder de uma postura social e democrática, esse posicionamento não quer dizer que ele tivesse abandonado de imediato e por completo o anticomunismo. [...] uma das preocupações do Arcebispo-Auxiliar ao discursar sobre o sindicalismo era o medo da infiltração comunista entre os trabalhadores (MORAES, 2021, p.92).

Mesmo que Dom Helder demonstrasse suas preocupações contra o perigo do comunismo entre os trabalhadores, não foi o suficiente para conciliar sua visão com a do Cardeal Dom Jaime. Por conta disso, esse último levou a ação de pedir a transferência de Dom Hélder. O destino do Bispo Helder foi a capital pernambucana durante o período que levou a destituição do presidente João Goulart através do golpe civil-militar de 1964. Sobre sua chegada ao Recife e sua atuação nos primeiros anos do novo regime instaurado no Brasil, tratarei no próximo tópico.

3. Dom Hélder em Pernambuco nos primeiros anos da ditadura militar (1964 - 1967)

Entre os dias 31 de março e 01 de abril de 1964, concretizou-se no Brasil o golpe civil-militar que destituiu João Goulart da presidência da República e estabeleceu um regime autoritário que vigou vinte e um anos. Durante esse período, Dom Helder estava em Roma por conta do Concílio Vaticano II. O sacerdote recebeu a notícia que seria o novo Arcebispo de Olinda e Recife pelo rádio do Vaticano. A sua vinda ao Recife foi um evento muito importante naquele mês, sendo recebido por diversas autoridades do Estado, fazendo-se presente na repercussão da imprensa nacional. O jornal *Diario de Pernambuco* noticiou a posse de Dom Helder no dia 14 de abril de 1964 escrevendo que "foram realmente brilhantes e imponentes as solenidades de recepção e posse do novo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife", expressando assim o clima de esperança e expectativa acerca da administração de Dom Helder à frente da Arquidiocese. Isso pode ser averiguado também nas palavras da pesquisadora Daniella M. C. de Brito Alves:

> A sua chegada foi pra lá de destacada. Chovia no Recife quando Dom Hélder desembarcou no aeroporto do Recife, que estava lotado para recebê-lo. Foi cumprimentado por autoridades do Estado e seguiu em carro aberto pelas ruas da cidade até a Matriz de Santo Antônio, no centro do Recife, onde falou para o povo e depois se dirigiu para o Palácio dos Manguinhos, residência oficial dos bispos, no bairro das Graças. A sua presença foi destaque imprensa nacional, e claro, na local, que repercutiu sua mensagem aos pernambucanos. (ALVES, 2011, p. 47)

Dois fatos chamam a atenção nas primeiras palavras do Arcebispo em Pernambuco. Primeiro, ele se dizia um nordestino que olhava não somente para a região, mas para o Brasil, para o continente latino-americano e para o mundo. Também se dizia um cristão, mas que estaria em diálogo com pessoas de todos os credos e ideologias, pedindo para que não isolassem suas falas diante do cenário político que o Brasil estava, referindo-se ao estabelecimento do novo regime implantado pelos militares. Em segundo lugar, ainda no seu primeiro discurso, Dom Helder expôs sua esperança que as reformas de base arquitetadas no governo de João Goulart, seriam agora efetivadas pelo novo regime, mas dessa vez, sem a ameaça comunista que segundo alguns setores da sociedade, rondavam o Brasil. Para isso, o Arcebispo citou que a Superintendência do Nordeste possuía então a capacidade de implantar um desenvolvimento de caráter nacional e, também poderia figurar como articulador entre as regiões Sul e Nordeste do país, possibilitando a estabilidade necessária para as reformas de base (ALVES, 2011, p. 84).

Os primeiros dois anos após a sua chegada em Pernambuco, Dom Helder

procurou fazer aliança com o novo governo militar. A situação política no Estado tinha mudado com a chegada dos militares ao poder, com o governador Miguel Arraes sendo preso e destituído do cargo, com Paulo Guerra ficando em seu lugar. Na capital também houve a troca do prefeito, com a destituição de Pelopidas da Silveira e a ascensão de Augusto Lucena.

Pelas palavras do Arcebispo em seu primeiro discurso, é possível compreender a esperança que Dom Helder tinha na efetivação das Reformas de base que o Brasil precisava para diminuição da pobreza e da miséria, principalmente entre o povo nordestino. Para o clérigo, era imprescindível uma mudança econômica e social no país, principalmente no Nordeste, região pela qual acreditava ser sua missão como religioso retira - lá do subdesenvolvimento (MORAES, 2021, p. 174).

O Diário de Pernambuco também reportou esse sentimento de Dom Hélder em seu jornal do dia 19 de janeiro de 1965, quando um documento dos Bispos foi assinado em defesa das melhorias de vida da população do Nordeste. Em sua manchete a reportagem dizia que "Preocupar-se com o desenvolvimento é dever da Igreja que espera cumprimento da missão da SUDENE[9]." A atuação desse órgão do governo era de extrema importância, pois na visão do Arcebispo, ela tinha um papel de contribuir com a elevação das condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais da região.

Em 1965 o Recife sofreu com intensas chuvas que fizeram transbordar os rios Capibaribe e Beberibe, ocasionando diversos problemas para a população, no maior dos casos até a perda de suas moradias. Diante desse cenário de caos social, Dom Helder deu início ao projeto "Operação Esperança". Embora essa iniciativa fosse criada nesse contexto para ajudar as vítimas das enchentes, ela não se limitou "apenas" a essa ação. Conforme atesta o historiador Severino Vicente da Silva:

> Embora tivesse um aspecto assistencialista, uma vez que certas demandas devem ser respondidas de imediato, tais como abrigo, roupas e alimentos, a Operação Esperança promoveu a criação de Conselhos de Moradores em diversos bairros, oferecendo chances para o surgimento de lideranças populares que assumiam posturas políticas no seu meio e diante das autoridades. Os conselhos de Moradores também criaram espaço para a ação de jovens que formaram grupos de arte e estudos. (SILVA, 2003, p. 160)

Antes do acirramento das relações entre Dom Helder e o governo militar, o Arcebispo concentrou-se exaustivamente nos problemas relativos às condições de vida da população mais carente da região. Influenciado pelo movimento de não violência do pastor Martin Luther King, que defendia o estabelecimento de direitos para os afro-descentes dos Estados Unidos, o Arcebispo entendia a pobreza como uma forma de

violência e por isso estava empenhado em combate-lá (MORAES, 2021, p. 145).

A partir de 1966, após um momento de tentativa de aliança com o governo militar e de atuar para diminuir o sofrimento daqueles que sofreram com as enchentes, a relação entre Dom Helder e o novo regime sofreu uma importante degradação. No mês de março do mesmo ano, o Arcebispo foi convidado pelo general Antônio Carlos da Silva Muricy, comandante da 7° Região Militar do IV Exército, a celebrar uma missão em comemoração à tomada de poder pelos militares, chamado na época de "revolução de 64". Interpretando essa comemoração como um evento cívico e não religioso, Dom Helder negou-se a celebrar a missa, ocasionando assim a ira do general Muricy que rompeu relações com o religioso e divulgou na imprensa suas impressões sobre o posicionamento subversivo do Arcebispo, que poderia estimular o caos social e político no país (MORAES, 2021, p. 184).

Ainda em 1966 foi organizado um encontro entre o general Humberto Castelo Branco, então presidente do Brasil, o governador do Estado, Paulo Guerra e o prefeito do Recife, Augusto Lucena com o objetivo de demonstrar uma boa relação entre o governo militar e a Igreja em Pernambuco. Nessa ocasião, o presidente Castelo Branco convidou o Arcebispo para discutir a proposta da construção de 13 mil casas para a população atingida pelas cheias do Rio Capibaribe do mesmo ano. Além disso, para melhorar a relação com o representante da Igreja Católica, o presidente trocou o comando da 7°Região Militar do IV Exército, colocando o general Rafael Souza Aguiar como novo comandante.

Em 1967 dois documentos foram objetos de tensão entre o regime militar e Dom Helder. O primeiro referia-se à encíclia Populorum Profressio, do Papa Paulo VI, dedicada à cooperação entre os povos e ao problema dos países em desenvolvimento. O segundo documento foi o Manifesto Ação Católica Operária que denunciava as condições deprimentes dos trabalhadores do campo e da cidade. Aqui faço uma importante observação, pela qual é preciso salientar que a atuação de Dom Helder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife trata-se de um hiato na longa tradição conservadora desta instituição. Os problemas sociais e embates surgidos no século XX, pelas novas conjunturas políticas e econômicas criadas na década de 1950 impulsionaram, conforme dito pelo historiador Severino Vicente da Silva "alguns padres e poucos bispos a tomarem uma postura positiva. Ademais, foi a luta contra as ditaduras, a defesa dos direitos humanos, o que mais congregou parte da hierarquia católica do Brasil, nessa época, para uma postura progressista." (SILVA, 2003, p. 178).

[9] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 19/01/1965, p.10

As dificuldades vivenciadas pela classe trabalhadora operária desde o século XIX, como baixos salários, falta de moradia digna, carga excessiva de trabalho, entres outras, não eram uma realidade nova para a Igreja. Apesar disso, pela visão do historiador Severino Vicente da Silva, a Igreja Católica foi incapaz de entender que as mudanças ocorridas na sociedade naquela época tinham alguns pontos positivos. Deixando de fazer uma atuação mais efetiva, a Instituição religiosa acabou perdendo influência no meio da classe operária. Em suas palavras:

> O caminhar da Igreja para o "progressismo" está, efetivamente, ligado à sua incapacidade de, no século dezenove, compreender as diversas mudanças ocorridas na sociedade, buscando ver o que elas poderiam ter de positivo.Mais do que ter perdido a classe operária, como disse um Pontífice romano, melhor seria dizer que a classe operária nasceu fora da Igreja que, nos primeiros anos, a ela se dirigiu apenas um olhar de mãe assistencialista, muitas vezes coibindo a ação de alguns que percebiam a urgência de oferecer uma resposta cristã católica aos problemas vividos pelos seus fiéis no alvorecer do mundo tecnológico e frio da sociedade industrial. (SILVA, 2003, p. 186).

Foi diante desse cenário de revisão da postura da Igreja Católica que Dom Helder atuou em defesa para encontrar uma solução que tivesse como objetivo desenvolver as regiões subdesenvolvidas da América Latina e do mundo. Numa conferência promovida pela Pontifícia Universidade Católica e pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 19 de junho de 1967, na cidade de São Paulo, entre outros assuntos, o Arcebispo defendeu até mesmo um diálogo com Cuba, país que tinha passado por uma revolução socialista em 1959 liderada por Fidel Castro. Em seu ponto de vista, sem os mitos criados contra o lado socialista e contra o Ocidente e intercâmbio entre as duas partes, seria possível uma América Latina desenvolvida. Conforme atesta Daniella M. C. de Brito Alves:

> De acordo com o pensamento helderiano, uma aproximação entre o mundo ocidental e a antiga União Soviética iria acarretar um reagrupamento de povos. Segundo ele, ao contrário do que podem afirmar se tratar de uma divagação religiosa, sem os mitos criados contra o lado socialista e contra o ocidente haveria o fim da corrida armamentista, a proscrição geral da utilização bélica do átomo e o efetivo respeito à vontade dos países. Neste sentido, o arcebispo defendia que se a política dos dois lados são fosse míope e de curto prazo, mas sim longa e inteligente, interessaria uma América Latina com poder de aquisição e de intercâmbio, com desenvolvimento, não se tratando apenas de evitar a explosão da miséria (ALVES, 2011, p. 57).

Por suas falas e pela defesa dos interesses dos mais pobres estarem acima das disputas oriundas da Guerra Fria, Dom Helder tornou-se alvo de diversas autoridades. Se as relações entre o governo militar e autoridade civis já estavam acirradas desde 1966, isso chegou a um ponto de ebulição no início de 1968, quando o Arcebispo fez um forte discurso no município de Carpina, Zona da Mata de Pernambuco no

encerramento do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais. Sobre esse discurso e a sua repercussão sob a ótica do Jornal *Diário de Pernambuco*, trataremos nos próximos tópicos.

4.. Denúncias em favor dos trabalhadores rurais: O discurso de Dom Helder em Carpina (26-01-1968)

Nesta parte da pesquisa, foi analisado o conteúdo presente no discurso de Dom Helder Câmara no município de Carpina no mês de janeiro de 1968. No dia 23 de janeiro de 1968, o Jornal *Diario de Pernambuco* publicou uma matéria noticiando que a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) "vai instalar encontro que debaterá problemas do campo[10]". Segundo o exemplar, a reunião contou com a participação de 200 delegados, representando mais de 50 sindicatos rurais da região nordestina. O encontro tinha como objetivo principal o estudo, análise e apresentação de soluções para os problemas dos trabalhadores rurais. Para esse evento, caberia ao padre Crespo presidir a solenidade de abertura, enquanto que o encerramento dar-se-ia com uma palestra de Dom Helder Câmara. Essa reportagem, feita dias antes da reunião com o Arcebispo, objeto desta pesquisa, ganhou espaço nas páginas do jornal *Diario de Pernambuco* apresentando-se como um importante evento para discutir as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora do campo.

Na manhã daquela sexta-feira, 26 de janeiro de 1968, o Arcebispo de Olinda e Recife, fez um discurso que ficou marcado em sua vida e na relação que este tinha com o poder civil e militar, em uma época que proferir palavras contrárias ao regime instaurado representava um risco de morte. Dom Helder então iniciou seu discurso apresentando os motivos que o levaram até ali. Em suas palavras:

> Como perder a oportunidade de participar do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais do Nordeste, se é no nosso meio rural que se consumam injustiças sociais que clamam aos céus e diante das quais seria imperdoável guardar um silêncio cômodo, desviar os olhos e continuar a caminhada? (BARROS; OLIVEIRA, 2000, p. 113).

Em primeiro lugar, Dom Helder defendeu os bispos brasileiros acusados de agiotagem. O Arcebispo embasou sua defesa no fato de que era do interesse dos bispos alemães averiguarem se o dinheiro repassado por eles estava sendo bem aplicado. Além disso, tal acusação não passava de uma tentativa para desqualificar os bispos, pois estes, segundo Dom Helder, eram uma das últimas vozes em favor da justiça e do clamor pelas reformas de bases que tanto os trabalhadores rurais precisavam. Em sua análise, estavam "querendo calar as vozes que defendem o povo".

[10] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 23/01/1968, p.6.

Em segundo lugar, o clérigo abordou a respeito de perigos que rondavam os trabalhadores rurais, perigos esses que ele classificou em dois grupos: os de dentro e os de fora. Sobre o primeiro grupo, tratava-se dos pelegos, dos advogados desonestos e contra ajudas perigosas, vindas de fora do Brasil.

Os pelegos[11] eram tidos por Dom Hélder como verdadeiros traidores da classe trabalhadora que não representava os seus interesses. A respeito dos advogados desonestos, o Arcebispo acusou alguns deles de estarem ganhando dos dois lados e enriquecendo-se à custa das "lágrimas, suor e sangue" dos trabalhadores, fazendo-os assinar contratos injustos. Sobre as ajudas vindas do estrangeiro, Dom Helder exortou os trabalhadores a não aceitarem esse dinheiro, pois essas potências só pensavam em si mesmas, oferecendo tais ajudas em troca de cooperação para os seus próprios interesses.

Em relação ao segundo grupo, considerados os perigos de fora, Dom Helder referia-se aos que exploravam a Justiça do Trabalho, a polícia e a democracia. Acerca da Justiça do Trabalho, o Arcebispo criticou a demora com que os casos trabalhistas eram resolvidos, uma vez que o trabalhador "não tem reserva para esperar nem dois dias sem ganhar salário." Para o clérigo, era necessário que esse órgão do governo fosse rápido e eficiente por conta da vulnerabilidade social do empregado.

Quanto à polícia, Dom Helder denunciou a falta de cumprimento da lei por parte de alguns delegados em não investigar ou até mesmo não prender senhores poderosos acusados de espancamentos e mortes contra trabalhadores. Tais agentes de polícia teriam medo da influência desses homens, fazendo "vista grossa" em relação a esses casos.

Além disso, o Arcebispo desaprovou a falta de isonomia e empatia pela vida dos trabalhadores, fazendo uma comparação de atitudes tomadas pelas autoridades caso fosse um patrão assassinato por algum dos seus empregados. Nas palavras de Dom Helder "É preciso que, do mesmo modo e com igual horror, o País estremeça sabendo que trabalhadores rurais continuam sendo espancados e assassinados no Nordeste. Sem falar nos que somem para sempre (BARROS, OLIVEIRA, 2000, p. 118)".

Por fim, Dom Helder lamenta a não concretização das Reformas de Base lideradas e prometidas pelo governo militar. Conforme dito anteriormente nesse trabalho, o Arcebispo de Olinda e Recife acreditava que com a instauração do novo regime no Brasil, iniciado com o golpe civil-militar de 1964, as mudanças na estrutura

[11] Termo utilizado para designar os líderes sindicais que defendem os interesses do Ministério do Trabalho, ou seja, que desempenham um papel de intermediário entre o governo e o sindicato.

econômica e social no país iriam acontecer sem o perigo do comunismo. Com o passar do tempo e observando que tais promessas dos militares não saiam do papel, o clérigo começou a demonstrar sua insatisfação com o status quo da nação, principalmente em relação à região do Nordeste, área prioritária para as reformas. Dom Helder conclui então seu corajoso discurso com as seguintes palavras:

> Como ajudar-vos para que vossos ideais se concretizem? O que está em minhas mãos eu vos trago: não lutareis sozinhos. Enquanto acreditardes na não-violência, na força das idéias, no poder da justiça, no valor da democracia, sabei que não estareis sozinhos. A Igreja estará sempre mais a vosso lado, tendo à frente os seus pastores. Quanto mais investirem contra nós, mais sentiremos que está tendo resultado nessa luta em vosso favor. Enfrentai sem ódio, mas com decisão, os perigos internos e externos que ameaçam a classe trabalhadora. Quem nos obriga a estar do vosso lado, convosco, para vencer ou para perder, para triunfar ou para sofrer, quem nos incita e encoraja é o amigo número 1 dos trabalhadores: NOSSO SENHOR JESUS CRISTO. (BARROS, OLIVEIRA, 2000, p. 113)

Conforme foi observado, o Arcebispo de Olinda e Recife durante o período da ditadura militar no Brasil não economizou suas palavras para defender os trabalhadores rurais dos perigos que os rondava, interna e externamente. Além disso, fez graves denúncias sobre a situação social e política em que se encontrava a classe trabalhadora no campo, sofrendo com a falta de cumprimento das leis trabalhistas, pela carência de proteção jurídica com a devida igualdade de direitos e pela omissão das autoridades policiais nos casos de crimes supostamente cometidos por grandes senhores. Esse cenário apresentado por Dom Helder nos mostra como a estrutura política, social e jurídica do Brasil, desde os tempos da sua formação colonial, continuou quase que inalterada, com o poder, interesses e a influência dos senhores de terra permanecendo acima do interesse público. A respeito da repercussão desse discurso no jornal *Diario de Pernambuco* e as consequências advindas para o Arcebispo por suas falas, será objeto do próximo tópico.

5. A repercussão do discurso de Dom Helder em Carpina (1968) pela ótica do Jornal *Diario de Pernambuco*

As palavras ditas por Dom Helder no encerramento do I Encontro dos Trabalhadores Rurais do Nordeste no município do Carpina não passaram despercebidas pela impressa e pelas autoridades. A escolha que o Arcebispo fez naquela sexta-feira, de não permanecer em silêncio diante dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora do campo, lhe custaram uma guerra de narrativas e acusações contra representantes do Estado Brasileiro.

No dia seguinte ao discurso, o jornal *Diario de Pernambuco* iniciou sua cobertura sobre o evento. Na primeira página, o exemplar do dia 27 de janeiro trouxe a seguinte manchete "Helder defende bispos no caso da agiotagem" [12]. Já na terceira página do mesmo exemplar, o jornal relatou os principais pontos abordados pelo Arcebispo, desde a defesa em favor dos bispos acusados de agiotagem, até as denúncias contra os pelegos, os advogados desonestos, as ajudas estrangeiras e a demora da justiça do trabalho em resolver os casos em favor dos trabalhadores, somado à omissão das autoridades em relação aos crimes cometidos contra estes. Por fim, também foi notificado o desejo do Arcebispo pela concretização da Reforma Agrária.[13]

Na publicação do dia 28 de janeiro, o *Diario de Pernambuco* noticiou que "Dom Helder será chamado a juízo". Diante do que foi dito por Dom Helder em Carpina, suas denúncias deixaram representantes da classe dos advogados indignados com a acusação de enriquecimento à custa dos trabalhadores rurais. Segundo a reportagem o advogado Adige Maranhão afirmou

> que vai requerer o comparecimento do arcebispo ao juízo criminal para que esclareça algumas expressões usadas por sua excelência reverendíssima no recente Encontro dos Trabalhadores Rurais, consideradas pelo requerente como injuriosas à classe dos advogados. (Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 28/01/1968, p.1).

Além disso, no mesmo exemplar, Dom Helder também era acusado pelo vereador Wandenkolk Vanderlei de "querer encher os sindicatos de esquerdistas". Para o vereador, o Arcebispo "não vê as coisas pelos aspectos múltiplos com que elas se

[12] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 27/01/1968, p.1.

[13] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 27/01/1968, p.3

apresentam à Igreja, às autoridades e, especialmente, à segurança dos bens alheios e em relação à pátria." E concluiu dizendo que "estava a esperar que dom Helder se calasse um pouco, quanto à agitação que prega e iniciasse investigações para punir os bispos implicados nos desvios dos dinheiros das obras sociais[14]. Aqui é mister pontuar que o citado vereador já algum tempo fazia oposição à Dom Helder, principalmente quando o Arcebispo recusou "combater o comunismo" com ele, fato esse reportado pelo *Diario de Pernambuco* em agosto de 1966[15]. Nesse período, pessoas que não eram bem vistas pelo governo não tinham espaço de fala no *Diario de Pernambuco*, no caso de Dom Helder, isso é notório tendo em vista o baixo volume de matérias sobre o Arcebispo durante os primeiros anos após o golpe civil-militar.

No dia 30 de janeiro o *Diario de Pernambuco* noticiou que o juiz Agamenon Duarte Lima indeferiu o pedido para que Dom Helder prestasse esclarecimentos sobre suas acusações a respeito dos advogados. Em seu despacho o magistrado argumenta que "Não há justificativa alguma, para quem não se considera enquadrado nessas definições e afirmações em tese, promover interpelações que, logicamente, não poderiam atingir o objetivo." Não satisfeito com o indeferimento do seu pedido, o advogado Adige Maranhão entrou com recurso em uma das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça de Pernambuco, buscando levar Dom Helder a prestar esclarecimentos sobre sua acusações contra alguns advogados que supostamente estavam enganando e ganhando dinheiro em cima de contratos injustos para os trabalhadores rurais[16].

Na edição do dia 31 de janeiro, o *Diario de Pernambuco* trouxe um informativo econômico de autoria de Marco Aurélio de Alcântara, onde o mesmo fez duras críticas a Dom Helder, na qual o considerava como um falso pastor que colocava a culpa de todos os males e desgraças da Zona da Mata de Pernambuco na conta dos usineiros. Também criticou o conhecimento econômico do Arcebispo, observando que o mesmo não considerava as dificuldades para o desenvolvimento econômico da região e da geração de empregos, mas enxergava apenas um lado do problema. Em suas palavras, Alcântara disse a respeito de Dom Helder:

> Em matéria de compreensão da realidade econômica e financeira do Nordeste, é um ignorante agressivo. Em vez de procurar estudar as variáveis no processo de desenvolvimento regional, em vez de colaborar na campanha de industrialização do Nordeste, em vez de prestigiar a ação da SUDENE

[14] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 28/01/1968, p.3.
[15] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 10/08/1966, p.8.
[16] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 30/01/1968, p.3.

> [...], o bispo dom Hélder Câmara clama por que milhares de empregos não estão sendo mais rapidamente criados, como se a criação de empregos dependesse de investimentos governamentais exclusivamente ou da caridade e filantropia da iniciativa privada (Alcântara, Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 31/01/1968, p.5)

No dia 02 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* fez o anúncio que Dom Helder foi notificado pelo juiz Carlos Alberto Pedrosa Marinho, da 24° Vara Civil, para que respondesse à interpelação judicial interposta pelo advogado Adige Maranhão. Essa tinha sido sua terceira tentativa em levar Dom Helder a juízo para que o mesmo explicasse algumas das suas declarações no discurso feito na cidade de Carpina. No dia anterior, foi expedido o mandado, deslocando-se um oficial de Justiça ao Palácio do Arcebispo para notificar dom Helder Câmara. As outras duas tentativas realizadas na Vara do Crime, foram denegadas pelo juiz Agamenon Duarte Lima[17].

No dia seguinte, 03 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* noticiou que o juiz Carlos Alberto Marinho explicou que a interpelação judicial interposta contra Dom Helder era um processo "que não dá nem cria direitos, sendo uma medida apenas preventiva de responsabilidade." Disse que não tinha mandado intimar o Arcebispo de Olinda e Recife a comparecer à sua sala de audiência, mas apenas levar a notificação, podendo Dom Helder escolher responder ou não. E acrescentou dizendo: "A interpelação está merecendo todo esse destaque devido à posição de relevo que o arcebispo Hélder Câmara desfruta na vida do Recife[18]."

Na edição do dia 06 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* reportou que o Tribunal de Justiça de Pernambuco pediu em ofício que Dom Hélder apontasse quais eram os juízes do interior que eram manobrados pelo "ricaço local, manda-chuva, todo poderoso." O referido ofício, de mais de duas laudas, foi assinado pelo presidente do TJ-PE, desembargador Ribeiro do Vale. No dia anterior, Dom Helder manteve constante contato com seu advogado Antônio de Brito Alves. A respeito de "constantes telefonemas de advogados, propondo-lhe a fornecer provas, elementos comprovadores de suas assertivas", o Arcebispo limitou-se a dizer que a elite da advocacia de Pernambuco estava-lhe prestando inteira solidariedade. Já o seu advogado, o prof. Antônio de Brito Alves preferiu não fazer nenhum tipo de declaração a respeito do caso, alegando motivos pessoais[19].

[17] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 02/02/1968, p.1
[18] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 03/02/1968, p.20.
[19] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 06/02/1968, p.3.

No dia 08 de fevereiro, numa quinta-feira, o advogado Antonio de Brito Alves fez uma declaração de que Dom Helder daria as explicações pedidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco na segunda-feira[20]. Já no dia 10, o Diário de Pernambuco noticiou que Dom Helder aconselhou Adige a procurar a Ordem de Advogados na resposta à Interpelação. De maneira geral, Dom Helder não citou nomes, preservando em sua defesa de que além das críticas feitas para uma parcela de advogados que enriqueciam à custa dos trabalhadores, também citou advogados honestos e dignos de honra. Em suas palavras o Arcebispo afirmou "Por que o me Interpelante, tendo eu feito alusões igualmente gerais e indeterminadas, tanto a Advogados honestos e dignos, como a exploradores vestidos de Advogados, sente-se em perigo de haver sido por mim mentalmente arrolado no segundo grupo?*".* O juiz Carlos Alberto Pedrosa Marinho deu o caso por encerrado, declarando estar tranquilo pela decisão tomada[21].

No dia 11 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* trouxe em uma parte de sua manchete que o deputado Egídio Ferreira Lima, da bancada estadual do MDB[22], vê na interpelação de Dom Helder Câmara, empreendida pelo Tribunal de Justiça "o envolvimento da mais alta Corte de Justiça na torpe campanha empreendida por grupos políticos, com apoio e incentivo de setores do Governo Federal, contra a Igreja e seus prelados." O deputado se disse surpreso pelo comportamento do Tribunal de Justiça, tratando-se de um ato grave a interpelação feita contra Dom Helder pela "ausência completa de respaldo jurídico[23]." Por fim, o advogado Adige Maranhão, em declaração à imprensa, disse ter-se dado por encerrado a interpelação que fez a Dom Helder.

No dia 13 de fevereiro, o desembargador Ribeiro do Vale fez questão de salientar que Dom Helder, na verdade não foi interpelado e que nem haviam sido exigido explicações da parte dele sobre suas palavras na cidade de Carpina. Segundo o magistrado, o ofício da Corte foi apenas um pedido para que o Arcebispo indicasse os nomes dos juízes no interior, controlados pelo "ricaço local, manda-chuva, todo-poderoso", para que se pudessem tomar as devidas providências administrativas contra eles. Como Dom Helder não apontou nomes, o desembargador observou que o Tribunal não tinha mais nada o que fazer, a não dá o caso como encerrado. No mesmo exemplar,

[20] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 08/02/1968, p.3.
[21] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 10/03/1968, p.8.
[22] Partido político de âmbito nacional, de oposição ao governo, fundado em 24 de março de 1966 dentro do sistema do bipartidarismo instaurado no país após a edição do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), que extinguiu os partidos existentes, e do Ato Complementar nº 4, que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos.
[23] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 11/02/1968, p.1.

o *Diario de Pernambuco* também noticiou que no dia anterior após a saída de Dom Hélder do Tribunal, o vereador Wandenkolk Wanderley disse que o Arcebispo "há muito tempo devia estar na cadeia, para não se meter onde não era chamado[24]."

Em 15 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* notificou que o então vereador Wandenkolk Vanderlei iniciou uma campanha contra a Igreja Católica com o objetivo de "colocar em pratos limpos o que de errado existe no clero." Em seu principal ataque, criticou o discurso do arcebispo Dom Helder Câmara, realizado na cidade de Carpina, no encerramento do congresso dos Trabalhadores Rurais do Nordeste. Segundo Wandenkolk, o arcebispo na ocasião estaria "denegrindo, generalizadamente, a honorabilidade de advogados e juízes pernambucanos, ao acusá-los de desonestos no trato e julgamento das pendências jurídicas, envolvendo camponeses e latifundiários." E acrescentou dizendo que a Igreja estava mergulhada na corrupção, desviando-se dos seus verdadeiros objetivos[25]

Passado uma semana, no dia 22 de fevereiro, a Câmara de Vereadores de Carpina concedeu, por unanimidade, o título de cidadão carpinense ao arcebispo de Olinda e Recife "tendo em vista sua atuação em defesa das causas justas e dos mais necessitados." A cerimônia de entrega ao título de "Cidadão de Carpina" aconteceu no dia 23 de março, às 20h e também foi noticiado pelo Diário de Pernambuco[26].

No exemplar do dia 24 de março, o *Diario de Pernambuco* também noticiou que Dom Helder aceitou, depois de várias semanas, o desafio de Vanderlei em responder suas perguntas e devolveu com outros questionamentos no mesmo tom severo do vereador. Apenas para citar como exemplo, o arcebispo perguntou ao vereador "Quando o Sr. exerceu autoridade na política, lembra-se de ter cometido arbitrariedades e ordenado torturas? Em caso afirmativo, informe contra quantas pessoas e dê exemplos de torturas mais vexatórias e humilhantes[27]."

Diante das fortes declarações feitas por Dom Helder, o vereador Wandenkolk Vanderlei respondeu que o arcebispo procurou sensibilizar e confundir a opinião pública. Em uma de suas respostas sobre o questionamento a respeito de supostamente ter cometido torturas, o vereador disse que "essa história de pancadaria em ladrões, unhas arrancadas, morte de gatunos, tudo isso é história que os comunistas sempre

[24] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 13/02/1968, p.3 [25]
Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 15/02/1968, p.1. [26]
Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 22/02/1968, p.14. [27]
Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 24/03/1968, p.1

usaram contra mim nos pleitos eleitorais em que eles entoavam chavões que, agora, por intermédio de dom Hélder, voltam a ser usados[28].”

No dia 31 de março, o *Diario de Pernambuco* informou que após suas respostas à Dom Hélder, o vereador Wandenkolk Vanderlei deu por encerrada sua polêmica com o Arcebispo de Olinda e Recife. Em suas palavras afirmou que “como católico, cumpriu seu dever ao denunciar certos e determinados sacerdotes que se desviaram do verdadeiro caminho da Igreja” e concluiu dizendo que não se tratava de um recuo, mas do entendimento que o futuro mostraria a verdade[29].

A decisão de não permanecer em silêncio frente aos problemas e a situação socioeconômica enfrentada pelos trabalhadores rurais, ocasionou na vida de Dom Helder embates desgastantes contra pessoas de influência de sua época, chegando até mesmo nos campos judiciais, fazendo com que esse episódio na trajetória do Arcebispo demonstrasse as sérias implicações sofridas pelo seu discurso no município de Carpina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, este trabalho apresentou aspectos específicos da vida de Dom Helder Câmara, partindo da análise global e nacional do período, com as consequências advindas do golpe civil-militar na vida dos trabalhadores rurais, em especial de Pernambuco. Como forma de enriquecer a pesquisa, também foi abordado uma breve biografia sobre Helder Pessoa Câmara, do início da sua vida no Ceará até sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, também foram analisados os primeiros anos de administração de Dom Helder à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife, entre 1964 a 1968, coincidindo também com os primeiros anos do novo regime político no Brasil instaurado a partir do golpe civil-militar de 1964.

No dia 28 de janeiro de 1968, Dom Helder fez um importante discurso no encerramento do I Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais do Nordeste, no município de Carpina. Nesta ocasião, o Arcebispo defendeu os bispos que estavam sendo acusados de agiotagem, além de ter denunciado perigos que, em sua visão, os trabalhadores rurais estavam enfrentando.

A intenção desta pesquisa foi destacar como as palavras proferidas por Dom Helder Câmara repercutiram em um importante veículo de comunicação da época, marcada pela forte intervenção da ditadura militar na imprensa. O Jornal *Diario de Pernambuco* possuía uma relação amistosa com o regime ditatorial, procurando abrir espaço em suas linhas editoriais para militares que serviam em Pernambuco e suprimindo qualquer oposição ao governo de suas páginas.

Porém, o discurso feito pelo Arcebispo de Olinda e Recife em Carpina no início de 1968, desencadeou uma reviravolta nessa política de "boicotar[30]" personalidades contrárias à ditadura militar brasileira. As denúncias de Dom Helder expressavam vários problemas de ordem econômica, política, social e judicial existentes no estado de Pernambuco que não passaram despercebidas pelo jornal *Diario de Pernambuco* e pelas autoridades civis, principalmente pelo cargo religioso de eminência que ocupava e a influência que advinha com isso.

Ao longo desta pesquisa também foi mostrado como as ações de Dom Helder Câmara eram voltadas para a resolução do problema da pobreza. Suas tentativas de ajudar os mais carentes financeiramente, muitas vezes desencadearam protestos e perseguições de pessoas influentes na sociedade. Nesta pesquisa em especial, foi observado as oposições ferrenhas do advogado Adige Maranhão e do vereador recifense à época Wandenkolk Vanderlei, podendo ser observado que ambos queriam que o Arcebispo respondesse criminalmente pelas denúncias feitas em favor dos trabalhadores rurais.

Por tal repercussão e pelas medidas judiciais que foram tomadas, este trabalho logrou demonstrar mais um pequeno capítulo da luta entre representantes da sociedade civil, neste caso especial, Dom Helder Câmara, contra a ditadura militar brasileira, pela efetivação dos direitos trabalhistas e constitucionais dos trabalhadores, em especial, àqueles que trabalhavam no campo, na qual somente com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7°, conseguiram a igualdade com os trabalhadores urbanos garantida em lei.

[28] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 26/03/1968, p.10.
[29] Hemeroteca – BNDigital. Diario de Pernambuco, 31/03/1968, p.13.
[30] Praticar o boicote; bloquear ou negar a realização de algo por punição, pressão ou represália, motivada por razões econômicas, políticas, ideológicas, raciais, entre outras.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo: Lutas, Organização, Contradições – Pernambuco 1962 – 1987**. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

ALVES, Daniella Maria Cardoso de Brito. **Amém, camarada: religião e sociedade na trajetória de Helder Câmara.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA Lauro de - organizadores **Dom Helder : o artesão da paz** – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

BURKE, Peter. A escrita da história: Novas perspectivas. 2° Edição. Editora Unesp. 2011.

CABRAL, N. D. DE A.; CALDEIRA, R. C. **Transversalidades entre conservadorismo e progressismo católicos: Geraldo de Proença Sigaud, Helder Pessoa Camara e o Concílio Vaticano *II*.** Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n.56, p.648, 31 ago. 2020.

COMISSÃO Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – Cadernos da memória e verdade. **A atuação da Ditadura Militar Brasileira contra a indicação de Dom Helder Câmara.** v. 4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015.

CONDINI, Martinho. **Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife, e o Concílio Vaticano II (1962-1965)**. Revista Último Andar, n.24, dezembro de 2014.

DOMINGUES, Filipe. Silva, Solange Maria da. **Um escritor compulsivo: os manuscritos inéditos de Dom Helder Camara**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1° Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014.

GOFF, Jacques L. **A história deve ser dividida em pedaços?.** 1° Edição. Editora Unesp. 2015.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira. **Práticas e discursos na relação entre Igreja e Estado, no ano de 1968, em Pernambuco**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

MORAES, Márcio André Martins de. **"Vamos ao âmago do problema": A atuação de Dom Helder Pessoa Câmara na defesa de um desenvolvimento integral para os países/regiões do mundo *(1964-1970)***. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

PINSKI, Carla Bassanezi, (organizadora). **Fontes históricas**. 2.ed. 1°reimpressão –São Paulo: Contexto, 2008.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. 2° Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: Os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SOUZA, Adenilson Ferreira de. **Atividade política da Igreja Católica no Brasil: As demandas da sociedade brasileira transnacionalizadas por Dom Helder Câmara (1968-1978).** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de PósGraduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2020.

VENDRAME, Maíra; KARSBURG; Alexandre; LEVI, Giovanni; GINZBURG, Carlo. **Microhistória, um método em transformação**. 1° Edição. Editora Letra e Voz. 2020.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.
Diario de Pernambuco, 1960-1969. Palavras-chave: “Dom Helder Câmara Carpina”.